



INFORMATIVO

Comitês das Águas

ABRIL / MAIO / JUNHO 2016 - Edição Nº 42

Comitês PCJ deliberam projetos e entregam Planos Municipais de Saneamento Básico

Mais de cem pessoas participaram da 17ª reunião ordinária dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), que ocorreu no dia 24 de junho, no Portal dos Sonhos Eventos, em Extrema (MG). Entre os itens da pauta, encontro votou proposta de renovação da outorga do Sistema Cantareira



Bacias PCJ terão suporte meteorológico

O serviço será prestado pela Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola (Fundag) e ações serão focadas na agricultura.



Membros da Agência das Bacias PCJ, da Fundag e do DAEE participaram da reunião que marcou o início do serviço

Nascentes: “Maior programa de restauração ecológica do Estado de São Paulo”, diz coordenadora

Duas cidades das Bacias PCJ já têm ações desenvolvidas. Em 2015, o governo de São Paulo lançou o Programa Nascentes de Holambra, em parceria com a Agência das Bacias PCJ.



Membros dos Comitês PCJ acompanharam o lançamento do Programa Nascentes de Holambra

Mais de meio milhão de reais são investidos nas Bacias PCJ

Recursos das Cobranças PCJ e Fehidro são aplicados em obras e projetos para melhoria da qualidade das águas dos rios das Bacias PCJ.



Estação de Tratamento de Esgoto de Camanducaia (MG) | Foto: Josevane Victor

Celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente desperta nossa responsabilidade com o planeta

No dia 5 de junho comemora-se, no mundo todo, o Dia Mundial do Meio Ambiente. Nós, das Bacias PCJ, temos a satisfação de estar contribuindo, em nosso microcosmo, com um planeta melhor. São muitos debates e iniciativas de nossos membros que têm permitido a melhoria do meio ambiente, por meio do saneamento básico, nos 76 municípios integrantes. Somos uma referência no Brasil e no exterior por nossa organização e ações desenvolvidas.

Alguns dados apontam melhorias que podemos comemorar neste dia 5 de junho. A maior parte dos municípios das Bacias PCJ possui atendimento urbano de água (rede de distribuição de água na área urbana) superior a 90%. Na maior parte dos municípios das Bacias PCJ o índice de atendimento de coleta de esgoto é superior a 90%. Cerca de 72% de todo o esgoto gerado nos municípios das Bacias PCJ passam por tratamento. Em 2012, esse índice era de 59%. Vale ressaltar que os dados apresentados são calculados sobre o esgoto gerado, e não sobre o esgoto coletado. Isso porque, às vezes, o município pode ter 100% de tratamento, mas uma coleta do esgoto abaixo de 100%.

Nada disso se deu por acaso. Somente pela Agência de Bacias PCJ são mais de 600 empreendimentos realizados ou em execução de 1994 até agora, com recursos em torno de R\$ 500 milhões, incluídas as contrapartidas dos municípios. Em atenção a cidades menores, com escassos recursos, a Agência contratou, em 2015, Planos Municipais de Combate às Perdas Hídricas para 14 municípios e de 24 Planos Municipais de Saneamento.

Outras ações merecem destaque. Por exemplo, o programa Bacias Jaguariúna, cujo objetivo é desenvolver e implementar um modelo para a conservação e recuperação de mananciais em Jaguariúna, que possa ser replicado em outros municípios. O Programa surgiu em 2013 e busca soluções viáveis para o cenário de escassez hídrica vivenciado pela cidade, cuja maior fonte de abastecimento é o rio Jaguari (95%). O entrave é que grande parte da água da bacia do Jaguari é destinada ao Sistema Cantareira, responsável por abastecer a Região Metropolitana de São Paulo, afetando assim Jaguariúna e outros nove municípios. Além disso, pretende-se equacionar o problema da vegetação do local, pois apenas 30% das áreas ripárias na bacia do Jaguari possuem cobertura florestal.

Temos, ainda, o projeto Nascentes de Holambra, com investimento de cerca de R\$ 3,5 milhões, que prevê a recuperação de 16 hectares de vegetação nativa no entorno das 170 nascentes e matas ciliares de Holambra. Dentro disso, a bacia do Córrego Borda da Mata, principal curso d'água que abastece o Lago do Holandês, de onde Holambra retira a água que consome, será recuperada, assim como as nascentes degradadas, além da implantação de práticas integradas de conservação de solo e água nas áreas de produção agropecuária em todas as propriedades, além dos serviços de manutenção e conservação de estradas municipais e os acessos às propriedades rurais.

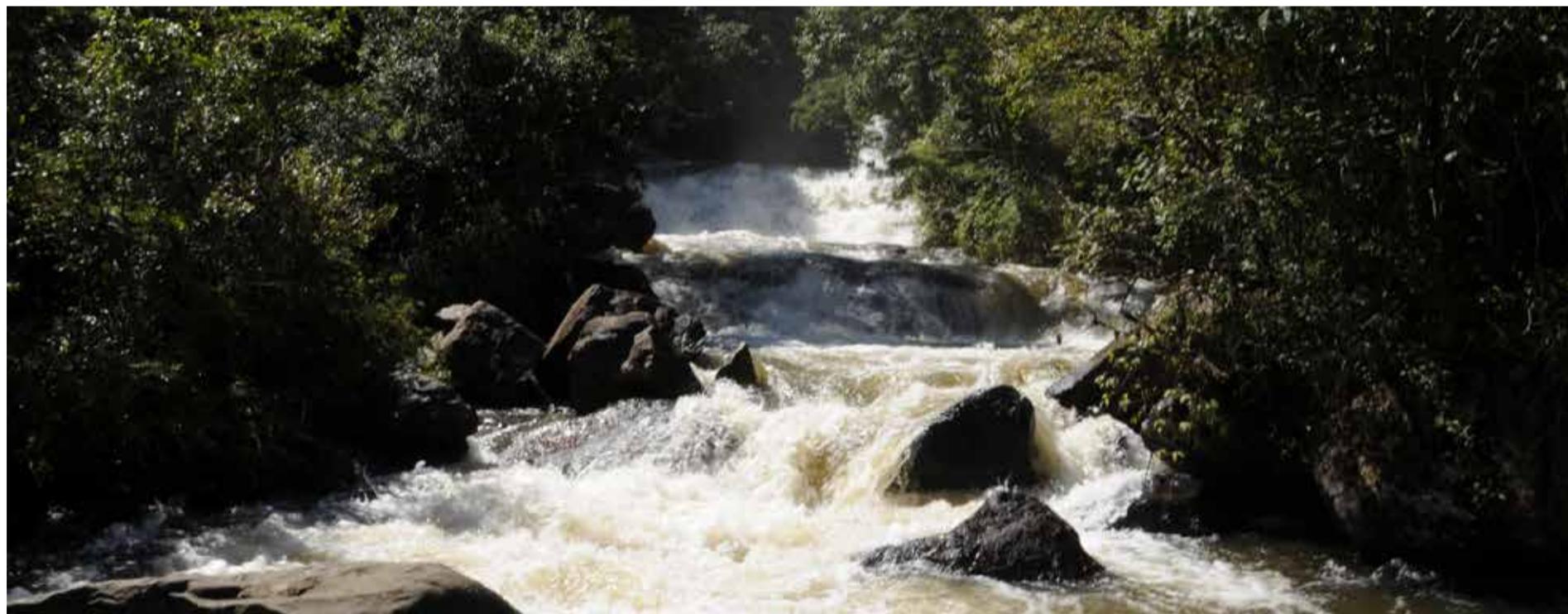
Estamos a todo vapor, também, com a Ação Eco

Cuencas, que recebeu recentemente cerca de 100 participantes para um seminário internacional realizado em Piracicaba e que discutiu as mudanças climáticas no mundo todo e em especial na América Latina, no Brasil e nas Bacias PCJ. Recentemente, estivemos representados no México para a conferência da RIOB que reuniu mais de 1.000 pessoas para apresentações sobre comitês de bacias, planejamento, sustentabilidade, acordos e outros temas relevantes para o meio ambiente. E ainda teremos muito trabalho pela frente este ano.

Enfim, lembro aqui o poeta inglês John Donne, "Nenhum homem é uma ilha", escreveu. Ele defendia a convivência, o respeito ao semelhante como legítimo na convivência, atacava o egoísmo e via o continente como metáfora perfeita da coesão, de união do homem como raça. A defesa conceitual de Donne é perfeita. De fato, somos muitos e, no fim, somos um só. Mas as ilhas, por exemplo, aqueles pedaços de terra tão carregados de energia vinda de todos os cantos, são parte de um universo – e não apenas um continente – de diferenças. Nada pode ficar de fora. Assim, somos nós habitantes de um único planeta, convivendo no mesmo pedaço de terra que nos une e do qual devemos cuidar sempre muito bem!

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

JEFFERSON BENEDITO RENNÓ
Presidente do CBH-PJ



Cachoeira dos Pretos, Joanópolis / João Prudente

EXPEDIENTE GESTÃO 2015-2017

Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito de Piracicaba (SP)

Presidente do CBH-PJ e

1º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL

JEFFERSON BENEDITO RENNÓ
Prefeito de Sapucaí-Mirim (MG)

Vice-Presidente do CBH-PCJ e

2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL

MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae)

3º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL

OSVALDO GARCIA
Ministério da Integração Nacional

Vice-Presidente do CBH-PJ

JOSÉ MARIA DO COUTO
Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva (Sinmec)

Secretário executivo dos Comitês PCJ

LÉO URBANO
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)

Secretário executivo adjunto do CBH-PCJ

SEBASTIÃO VAINER BOSQUILIA
Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE)

Secretária executiva adjunta do CBH-PJ

MARIA DE FÁTIMA CERQUEIRA SILVA
Prefeitura Municipal de Toledo (MG)

Jornalista responsável

IVANISE PACHANE MILANEZ (MTB 41.213)
E-mail: ivanise@agenciapcj.org.br

Textos e reportagens

ANDRÉA PALHARDI BOMBONATTI IAUCCI
E-mail: andrea@agenciapcj.org.br

LAILA BRAGHERO

E-mail: comunicapcj@agenciapcj.org.br

Estagiário de Comunicação Social

MURILO PRATES
E-mail: murilo@agenciapcj.org.br

Secretaria Executiva dos Comitês PCJ

Fundação Agência das Bacias PCJ
Rua Alfredo Guedes, 1.949 – 6º andar
Edifício Racz Center – Higienópolis
Piracicaba/SP CEP: 13416-901
(19) 3437-2100
E-mail: se.pcj@agenciapcj.org.br
Site: www.comitespcj.org.br

Mudanças climáticas e gestão dos recursos hídricos são debatidas em seminário internacional



As mudanças climáticas foram o foco da palestra do professor Tercio Ambrizzi



Alain Bernard, diretor da Ação Eco Cuencas, abordou aspectos de gestão e mecanismos financeiros



Cristina Carvalho da Comissão Europeia prestigiou o seminário e elogiou a Ação Eco Cuencas



Os professores Pimenta e Giansante apresentaram o documento sobre mudanças climáticas e crise hídrica



Público prestigiou debate sobre mudanças climáticas

Piracicaba sediou no dia 7 de junho, o Seminário Internacional sobre Crise Hídrica e Mudanças Climáticas: Os Desafios da Governança da Água, com participação de técnicos e profissionais da área ambiental do Brasil, Peru, Alemanha e França. O encontro foi uma iniciativa da Fundação Agência das Bacias PCJ, em parceria com o Office Internacional de L'Eau e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, desenvolvido no âmbito da Ação Eco Cuencas.

Após a solenidade de abertura, que contou com as presenças do presidente dos Comitês PCJ e prefeito de Piracicaba, Gabriel Ferrato, do diretor-presidente da Agência PCJ, Sergio Razera, do diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) da bacia do Médio Tietê, Luiz Roberto Moretti, da representante da União Europeia, Cristina Carvalho, e do representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, Adelmo Correia, os mais de 100 inscritos para o seminário assistiram à palestra do professor e especialista em climatologia Tercio Ambrizzi, sobre "Adaptação às mudanças climáticas e gestão hídrica: o desafio da governança dos recursos hídricos em um cenário de incertezas e eventos extremos".

No período da tarde, o documento "Mudança climática e crise hídrica: os desafios da governança das águas" foi exibido pelos professores Elcires Pimenta Freire e

Giansante, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e utilizado como base no debate final do encontro. Houve ainda o painel "Governança e mecanismos financeiros para gestão de recursos hídricos", com apresentações de Aziza Akhmouch, representante da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e de Alain Bernard, chefe do Polo de Gestão Integrada de Recursos Hídricos do Office Internacional de L'Eau e diretor da Ação Eco Cuencas.

"As mudanças climáticas tornam-se cada vez mais assuntos importantes para serem debatidos e, principalmente, para serem utilizados para o planejamento futuro. O momento em que estamos vivendo é sinal disso. Depois de um drástico período de estiagem nos anos de 2014 e 2015, vemos vários rios transbordando em pleno mês de junho. E a Ação Eco Cuencas nos permite debater sobre esse e outros temas, propiciando o contato com outras realidades, como a da França, por exemplo", explica Razera, que assinou a parceria da Ação com o Office Internacional de L'Eau em junho do ano passado.

O documento apresentado e discutido no seminário está disponível no site da Agência PCJ (www.agenciapcj.org.br) e está aberto a sugestões. Depois do processo finalizado, os técnicos do Eco Cuencas elaborarão um plano de ações.

AÇÃO ECO CUENCAS

A Ação Eco Cuencas é uma oportunidade de fazer o balanço da implantação de organismos de bacias em quatro países da América do Sul que tiveram avanços importantes nos últimos anos na introdução de sistemas de gestão. Por isso, foram selecionados projetos pilotos no Brasil, Equador, Peru e na Colômbia para demonstrar, de maneira prática, a relevância dos mecanismos redistributivos para uma gestão integrada dos recursos hídricos e uma melhor resiliência. Esses mecanismos redistributivos são, por exemplo: a cobrança pelo uso da água ou o pagamento pela proteção da cobertura vegetal que contribui para manter a oferta de água, em qualidade e quantidade, para a sociedade, os Fundos de Água, etc.

Previsto para três anos, o projeto deverá sistematizar e divulgar as boas práticas identificadas nas bacias piloto e nas bacias parceiras europeias (França, bacia do Arno na Itália, bacia do Júcar na Espanha) e no âmbito da REBOB, RELOC e RIOB, no que diz respeito à resiliência e implementação de mecanismos redistributivos para a sua possível aplicação por outros organismos de bacia da América Latina, no Caribe e na Europa. Espera-se apresentar resultados e recomendações no 8º Fórum Mundial da Água que será realizado em Brasília em 2018.

Além da Agência das Bacias PCJ, o Ecologic Institute (Alemanha), Asconit (França), Senagua (Equador), Irager (Peru), Corporación Cuenca Verde (Colômbia), Autoridad Nacional del Agua (Peru) e a Rede Brasil de Organismos de Bacia (Brasil) também são parceiros da Ação.

Na esfera da Ação Eco Cuencas, são desenvolvidos temas relacionados a governança, planejamento, financiamento e sistemas de informações. Para isso, foram disponibilizados pelo WaterClima 2,3 milhões de euros, ou seja, cerca de 7 milhões de reais, sendo que mais de 200 mil euros são destinados às Bacias PCJ.

CBH-PJ realiza dois encontros

Membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ) se reuniram em 29 de março e 18 de maio para os 6º e 7º Encontros, realizados no Instituto Estadual de Florestas, em Camanducaia (MG). O diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, Sergio Razera, a diretora técnica, Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, a coordenadora de gestão, Kátia Rossi Gotardi Piccin, o secretário executivo dos Comitês PCJ, Leonildo Urbano, e o vice-presidente do CBH-PJ, José Maria do Couto, estiveram presentes, além de representantes e funcionários da empresa Irrigart. A secretária executiva adjunta do CBH-PJ, Maria de Fátima Cerqueira Silva, participou apenas da reunião do dia 29.

Foram discutidos, um possível termo de cooperação entre a Agência PCJ e o IEF sobre o projeto Cercamento de Nascentes, com a continuidade de ações já desenvolvidas no que se refere à preservação de áreas de proteção permanente hídricas e a gestão e manutenção do viveiro regional de mudas e sobre o Cadastro Ambiental Rural. E, foram apresentados os projetos em andamento na porção mineira custeados pelo Plano de Aplicação Plurianual (PAP) PCJ 2013-2016 e pelas Cobranças PCJ, sendo que de 2008 a 2016, o total de investimentos chega a quase R\$ 10,5 milhões.



As reuniões são realizadas no auditório do IEF, em Camanducaia

Comitês PCJ deliberam projetos em Extrema

Houve ainda a entrega de Planos Municipais de Saneamento Básico para municípios das Bacias PCJ



Marco Antônio dos Santos (no centro), vice presidente do CBH-PCJ, conduziu a reunião em Extrema

No dia 24 de junho, mais de cem pessoas compareceram ao Portal dos Sonhos Eventos, em Extrema (MG), para a 17ª reunião ordinária dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), liderada pelo vice-presidente dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e 2º vice-presidente do PCJ Federal), Marco Antônio dos Santos, que tinha, entre os itens de pauta, a votação da proposta dos Comitês PCJ para a renovação da outorga do Sistema Cantareira, cujo processo deve terminar no início de 2017.

Segundo a Deliberação nº 250/16, foi ratificada a mesma proposta de 2015, acrescida de novas condicionantes formuladas durante as quatro reuniões do Grupo de Trabalho “Renovação”, realizadas nos dias 4, 11, 19 e 25 de maio, no Centro de Conhecimento da Água de Campinas.

O pedido dos Comitês PCJ aos órgãos outorgantes – Agência Nacional de Águas (ANA) e Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) – é de garantia de 95% de abastecimento às Bacias PCJ e de que o prazo de validade da outorga para a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) seja de 10 anos, com revisão obrigatória, para avaliação, após cinco anos.

Outra solicitação é a de gestão e vazão progressiva, que funcionaria da seguinte forma: quando o volume útil operacional estiver entre 20% e 85%, a vazão média anual para as Bacias PCJ deverá ser de 10m³/s; quando estiver igual ou abaixo dos 20% (desconsiderando o volume morto) ou maior que os 85%, a gestão será realizada por ANA e DAEE, com regras definidas previamente. E se, a partir de 2020, as barragens de Duas Pontes e Pedreira e o sistema adutor de água bruta dessas barragens não forem construídos, deverá ser acrescido 1m³/s anualmente para as Bacias PCJ.

Para que a operação do Sistema Cantareira ocorra de forma escalonada, alguns patamares de modelo de gestão foram sugeridos. Sendo assim, quando o volume útil for de até 20%, o regime de operação que deverá ser adotado é o de operação estiagem (plano de contingência), assim como quando o volume for acima de 85% (operação cheia – plano de contingência). Entre 20% e 30%, aciona-se o alerta para a estiagem,



Diretora-técnica da Agência PCJ, Patrícia Barufaldi, durante plenária do dia 24 de junho

seguido pela regularização do sistema (entre 30% e 75%) e o alerta para a cheia (entre 75% e 85%). Todos os modelos de regime possuem critérios para serem desenvolvidos.

No item 2.5 do documento, a proposta é de que seja garantida a liberação de vazões mínimas à jusante do Sistema Cantareira, não comprometendo o regime, a quantidade ou a qualidade da água. Já no item seguinte, os Comitês PCJ solicitam a apresentação, por parte da Sabesp, de planos de contingência e emergência para a cheia e a estiagem, doze meses após a publicação da outorga.

E, por fim, o item 2.7 diz que “a Sabesp deverá disponibilizar, de forma integral, contínua, imparcial e plena, todos os dados e informações relativos à gestão do Sistema Cantareira”. Para isso, sugere-se a instalação e modernização de equipamentos de monitoramento na área do Sistema Cantareira, por parte da Companhia, e os dados coletados deverão ser repassados à Sala de Situação das Bacias PCJ e à Agência das Bacias PCJ.

Além das propostas, o documento traz algumas condições para a renovação da outorga. A primeira é de que, após seis meses da emissão da outorga, a Sabesp apresente cronograma físico das obras necessárias para a redução da dependência do Sistema Cantareira.

Também após seis meses da outorga, a Companhia deverá mostrar planos de redução das perdas nos sistemas de abastecimento de sua responsabilidade e que dependem do Sistema Cantareira, bem como deverá apresentar cronograma de metas anuais para esses municípios.

E, no prazo de cinco anos, a Sabesp terá de executar em Piracicaba (SP) obras complementares de canalização do rio Cachoeira e desassoreamento do lago e recuperação do barramento do Parque Ecológico, com implantação de parque linear ao longo do trecho urbano.

Vicente Andreu, diretor-presidente da ANA, esteve presente na reunião e falou sobre o tema, ressaltando que “ao invés de pensarmos numa disputa, nós devemos colocar na mesa a solidariedade hídrica”. E continuou: “Queremos produzir uma outorga que não dure dez



Secretário-executivo dos Comitês PCJ, Leonildo Urbano



Diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo



Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ, Sebastião Vainer Bosquilia

anos, mas que dure 30, 40, 50 anos, e que seja referência como uma experiência de sucesso. E, se os Comitês PCJ contribuírem, teremos uma outorga histórica”.

Planos Municipais de Saneamento Básico

Prefeitos e representantes de 19 municípios pertencentes às Bacias PCJ também estiveram presentes na reunião ordinária para receberem os Planos Municipais de Saneamento Básico e Planos



Prefeito de Bom Jesus dos Perdões, Eduardo Henrique Massei, recebe Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos das mãos do vice-presidente do CBH-PCJ, Marco Antonio dos Santos

Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, cuja elaboração foi acompanhada pela Fundação Agência das Bacias PCJ e formulados pelas empresas B&B Engenharia e NS Engenharia.

No total, foram investidos R\$ 2.376.236,37, oriundos do Plano de Aplicação Plurianual (PAP PCJ) 2013-2016, para a execução de 24 Planos. As cidades contempladas foram: Rafard, Elias Fausto, Jaguariúna, Charqueada, Louveira e Jarinu (lote 1); Valinhos, Morungaba, Bom Jesus dos Perdões, Nazaré Paulista, Vargem e Joanópolis (lote 2); Pedra Bela, Ipeúna, Saltinho, Toledo, Tuiuti e Bragança Paulista (lote 3); e Itatiba, Pinhalzinho, Extrema, Itapeva, Camanducaia e Sapucaí-Mirim (lote 4). Vale ressaltar que, no valor do investimento, já estão incluídos o termo aditivo que acrescentou a elaboração do estudo gravimétrico dos resíduos sólidos.

Os Planos possuem diretrizes para os próximos 20 anos, com abordagens em quatro componentes – água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de água pluvial e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos domiciliares. Após a entrega, Marco Antônio dos Santos, vice-presidente dos Comitês PCJ, parabenizou os municípios contemplados e recomendou que os Planos sejam efetivamente aplicados para que as Bacias PCJ evoluam ainda mais no setor de saneamento.

Recursos financeiros

Seguindo os itens de pauta, foi aprovada a Deliberação Ad Referendum nº 248/16 que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso da água em rios de domínio do estado de São Paulo e da União (Cobranças PCJ) e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

De 52 projetos protocolados inicialmente na Fundação Agência das Bacias PCJ, 29 apresentaram toda a documentação exigida e foram aprovados, mas, no primeiro momento, apenas 21 poderão ser indicados pelos Comitês PCJ por conta da disponibilidade de recursos financeiros.

No total, serão investidos R\$ 74.754.656,34 (somando as contrapartidas dos tomadores) da seguinte forma: mais de R\$ 29 milhões da Cobrança Federal em projetos das cidades de Campinas, Piracicaba e Nova Odessa; mais de R\$ 38 milhões da Cobrança Estadual Paulista em empreendimentos de Valinhos, Cordeirópolis, Capivari, São Pedro, Louveira, Vinhedo, Santa Bárbara D'Oeste, Saltinho e Rafard; e mais de R\$ 7 milhões do Fehidro em projetos de Vinhedo, Pedreira, Monte Alegre do Sul e Itirapina.

Os outros oito projetos aprovados aguardarão recursos financeiros para serem custeados. São empreendimentos das cidades de Bom Jesus dos



Secretário de Meio Ambiente de Bragança Paulista, Francisco Chen de Araújo Braga, recebe Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos das mãos do secretário-executivo dos Comitês PCJ, Leonildo Urbano

Perdões, Indaiatuba, Atibaia, Artur Nogueira, Amparo e Ipeúna, além de Nazaré Paulista, por meio da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

“Frente aos problemas econômicos e políticos vividos no âmbito do governo federal, que sempre foi uma fonte significativa de recursos para investimentos, a cobrança pelo uso da água procura atender minimamente as necessidades da região, focadas nas prioridades estabelecidas no Plano das Bacias, notadamente esgoto e combate às perdas”, comentou o diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, Sergio Razera.

As Deliberações Ad referendum nº 246/16 e nº 247/16, que tratam, respectivamente, dos cancelamentos dos empreendimentos denominados “Ação de combate às perdas – Etapa IV – Implantação do projeto de setorização com substituição de redes de distribuição na área sul, no município de Rio Claro” e “Ação de combate às perdas – Etapa VI – Recuperação estrutural e impermeabilização dos reservatórios de concreto armado na ETA I – José Maria Pedroso, no município de Rio Claro” também foram apreciadas e aprovadas.

E mais

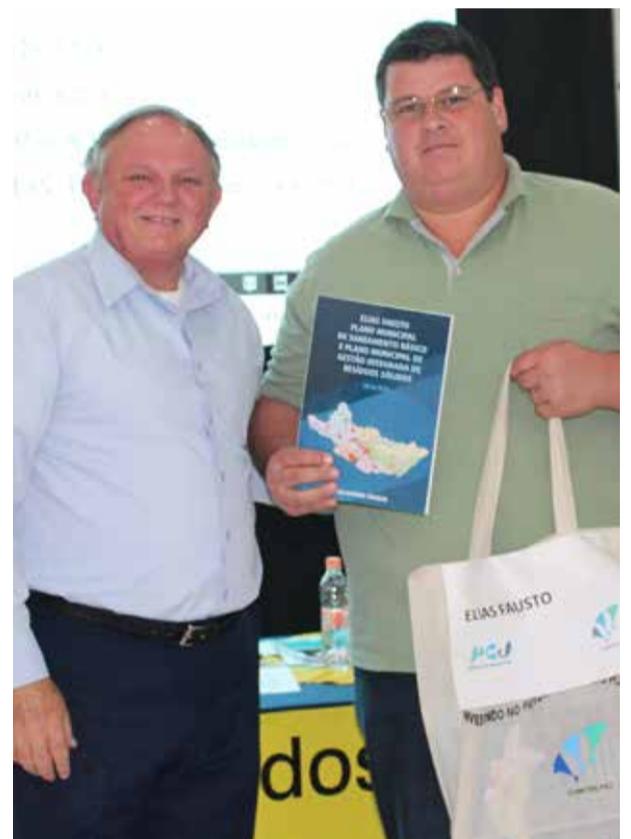
A diretora-técnica da Agência das Bacias PCJ, Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, apresentou informações sobre as ações que a Fundação está desenvolvendo na porção mineira das Bacias PCJ, cujos investimentos chegam a aproximadamente R\$ 10,8 milhões, de 2008 a 2016, por meio dos recursos das Cobranças PCJ, em específico por meio do PAP PCJ 2013-2016. Entre as ações desenvolvidas, estão os Planos de Combate às Perdas Hídricas, Planos Municipais de Saneamento e Planos de Recursos Hídricos para os cinco municípios mineiros.

Houve ainda a análise e aprovação do parecer técnico do GT-Empreendimentos, nº 8/2015, sobre o empreendimento denominado de “Modernização da refinaria de Paulínia – Replan/Petrobrás” e do pedido de substituição do secretário executivo adjunto dos Comitês PCJ, cujo cargo passa a ser assumido pelo engenheiro Sebastião Vainer Bosquília, do DAEE.

Além dos membros dos Comitês PCJ, do diretor-presidente da ANA e dos prefeitos de Jaguariúna, Rafard, Valinhos, Vargem, Pedra Bela, Itapeva, São Pedro, Pedreira, Bom Jesus dos Perdões e Cordeirópolis, participaram da reunião Ivens de Oliveira, diretor administrativo e financeiro da Agência PCJ, José de Souza, representante do Ministério da Integração Nacional, Paulo Pereira, secretário de meio ambiente de Extrema, representando o prefeito de Extrema, Luiz Carlos Bergamin, e Rodrigo Sanches Garcia, promotor público do Gaema PCJ – Campinas.



Chefe do Departamento de Meio Ambiente de Camanducaia, Thais Scognamiglio Campos Lourenço, recebe Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos das mãos do diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo



Engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura de Elias Fausto, João Batista Zuca, recebe Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos das mãos do diretor-presidente da Agência PCJ, Sergio Razera



Prefeita de Itapeva, Claudia Viveani de Moraes Andrade, recebe Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos das mãos do secretário-executivo dos Comitês PCJ, Leonildo Urbano

Em mais de 20 anos, R\$ 576 milhões são investidos em 614 empreendimentos nas Bacias PCJ

De 1994 a 2015, 455 empreendimentos foram executados na região das Bacias PCJ por intermédio de investimentos oriundos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas esferas federal e estadual paulista. Além dos já concluídos, outros 116 estão em execução, 38 ainda não foram iniciados e cinco estão em fase de análise. No total, são mais de R\$ 576 milhões (somando os valores das contrapartidas dos tomadores) destinados a esses projetos e gerenciados pela Fundação Agência das Bacias PCJ.

Os empreendimentos são divididos em programas. O principal é o de tratamento de esgoto, com 244 obras e mais de R\$ 292 milhões em investimento. E o resultado dessas ações já aparecem: o percentual de tratamento de esgoto nas Bacias PCJ passou de 59% (em 2012) para 72% (em 2014), conforme indica o Relatório de Gestão das Bacias PCJ 2014.

Outro dado importante apresentado pelo Relatório de Gestão é o de que, na maioria dos municípios das Bacias PCJ, o índice de coleta de esgoto é maior que 90%. O Plano de Bacias PCJ 2010-2020 prevê um cenário desejável para o ano de 2020 em relação à coleta e ao tratamento de esgoto. Em Atibaia, Jundiá e Vinhedo, por exemplo, espera-se atingir 95% nos dois processos, ao passo que Piracicaba possui como meta os 92% e Paulínia os 64%.

Outro programa que recebeu altos investimentos até 2015 – mais de R\$ 177 milhões – foi o de combate às perdas hídricas, com 120 ações que vão desde a substituição de redes e instalação de macromedidores até a formulação de Planos Municipais de Combate às Perdas. Dentro disso, 14 municípios que fazem parte das Bacias PCJ – nove do estado de São Paulo e cinco de Minas Gerais – receberam esses Planos, no ano passado, da Agência das Bacias PCJ. Para tanto, foram destinados R\$ 2 milhões oriundos da Cobrança Federal, por meio do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) PCJ 2013-2016.

Reflorestamento, educação ambiental, ações de gestão (monitoramento quali-quantitativo e contratação de serviços especializados para assessoria técnica, por exemplo), base de dados, cadastros e estudos também fazem parte dos programas custeados pelo Fehidro e Cobranças PCJ.



Substituição de redes de distribuição de água do setor elevado Vila Rezende, em Piracicaba | Foto: Sema Piracicaba



Programa "Bacias Jaguariúna": cercamento na fazenda São João do Atibaia | Foto: Andréa Bombonatti



Substituição de redes hidráulicas de água com remanejamento de ligações domiciliares em Capivari | Foto: Saae Capivari



Aquisição de medidor de nível de poço pelo Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira | Foto: Saean



Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Camanducaia, em Jaguariúna | Foto: Andréa Bombonatti



Sistema de coleta e reaproveitamento da água de lavagem dos filtros e decantadores da ETA I de Indaiatuba | Foto: Giuliano Miranda

Vinte e um projetos serão financiados pelo Fehidro e Cobranças PCJ

A Fundação Agência das Bacias PCJ divulgou, em 20 de maio, as fontes de recursos para os projetos de demanda espontânea inscritos para a obtenção de recursos financeiros oriundos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) e Cobranças PCJ. De 52 projetos protocolados inicialmente, 29 apresentaram toda a documentação exigida e foram aprovados, mas, no primeiro momento, apenas 21 poderão ser indicados pelos Comitês PCJ por conta da disponibilidade de recursos financeiros.

Pela Cobrança Federal, serão financiados projetos das cidades de Campinas, Piracicaba e Nova Odessa, com valor total (incluindo contrapartida dos tomadores) de mais de R\$ 29 milhões. Em empreendimentos de Valinhos, Cordeirópolis, Capivari, São Pedro, Louveira, Vinhedo, Santa Bárbara D'Oeste, Saltinho e Rafard, serão investidos mais de R\$ 38 milhões com recursos

da Cobrança Estadual Paulista e contrapartida dos tomadores. Já pelo Fehidro, projetos de Vinhedo, Pedreira, Monte Alegre do Sul e Itirapina receberão, somando o valor da contrapartida dos tomadores, mais de R\$ 7,6 milhões.

Em 2016, os recursos foram divididos em três Programas de Duração Continuada (PDCs): PDC 1 (base de dados, cadastros, estudos e levantamentos) / Subprograma 1.02 – estudos, projetos e levantamento para apoio ao sistema de planejamento de recursos hídricos / Somente para elaboração, revisão ou atualização dos Planos Municipais de Saneamento Básico, conforme a Lei nº 11.445/07; PDC 3 (recuperação da qualidade dos corpos d'água) / Subprograma 3.01 – tratamento de efluentes urbanos, efluentes das estações de tratamento de água e disposição final de lodos de estações de tratamento de esgoto / Subprograma 3.04 – tratamento de efluentes

dos sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos e das fontes difusas de poluição / Somente para estudos, projetos e obras de tratamento dos efluentes dos sistemas públicos de disposição final de resíduos sólidos - chorume; PDC 5 (promoção do uso racional dos recursos hídricos) / Subprograma 5.01 – racionalização do uso da água no sistema de abastecimento urbano / Exceto para “estudos para a uniformização de uma metodologia para cálculo do índice de perdas nos sistemas de abastecimentos públicos”.

Os outros oito projetos aprovados aguardarão recursos financeiros para serem custeados. São empreendimentos das cidades de Bom Jesus dos Perdões, Indaiatuba, Atibaia, Artur Nogueira, Amparo e Ipeúna, além de Nazaré Paulista, por meio da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

DIVULGAÇÃO DA FONTE DE RECURSO DE CADA EMPREENDIMENTO - SELEÇÃO COMITÊS PCJ 2016					
TOMADOR	EMPREENDIMENTO	Valor Pleiteado (R\$)	Valor Contrap. (R\$)	Valor Global (R\$)	Fonte de Recurso
EMPREENDIMENTOS INDICADOS					
Departamento de Águas e Esgotos de Valinhos - DAEV	Contratação de Projetos Executivos de Engenharia das Estações de Tratamento de Lodo das ETAs I e II do Município de Valinhos/SP	463.206,15	81.742,26	544.948,41	Cobrança Paulista PCJ
Departamento de Águas e Esgotos de Valinhos - DAEV	Substituição de Redes de Cimento Amianto e Instalação de Válvulas Redutoras de Pressão na Zona Alta ETA 1 - Bairro do Castelo	4.971.240,34	877.277,71	5.848.518,05	Cobrança Paulista PCJ
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A - SANASA Campinas	Implantação de Setorização e Reabilitação da Infraestrutura com Substituição de Redes e Ligações de Água no Bairro Jardim Aurélia	4.031.858,11	1.954.587,52	5.986.445,63	Cobrança Federal PCJ
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A - SANASA Campinas	Implantação de Setorização e Reabilitação da Infraestrutura com Substituição de Redes e Ligações de Água no Bairro Vila Proost de Souza	3.986.273,49	1.934.107,47	5.920.380,96	Cobrança Federal PCJ
Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE Cordeirópolis	Implantação do Projeto de Combate às Perdas de Água com Fornecimento e Instalação de Macromedidores de Vazão, Sistema de Monitoramento Via Telemetria no Sistema de Abastecimento de Água do Município de Cordeirópolis - SP	1.149.654,51	123.412,05	1.273.066,56	Cobrança Paulista PCJ
Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE Capivari	Implantação do Coletor Tronco, Estação Elevatória e Linha de Recalque da Região Central do Município de Capivari - SP	5.048.480,31	508.839,60	5.557.319,91	Cobrança Paulista PCJ
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro - SAAESP	Implantação da 2ª Etapa da ETE Samambaia no Município de São Pedro - SP	5.570.868,58	428.851,98	5.999.720,56	Cobrança Paulista PCJ
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Pedro - SAAESP	Implantação do Coletor Tronco, Linha de Recalque e Estação Elevatória de Esgoto Pinheirinho e Coletor Tronco Samambaia no Município de São Pedro - SP	2.010.420,02	160.861,28	2.171.281,30	Cobrança Paulista PCJ
Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba - SEMAE	Implantação do Plano Diretor de Perdas - Macro Setor 3: Torre de TV, Unificada Jupuí, Elevado e Apoiado XV, Marechal Zona Alta e Baixa	4.486.316,22	1.342.709,30	5.829.025,52	Cobrança Federal PCJ
Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba - SEMAE	Implantação do Plano Diretor de Perdas - Macro Setor 4: XV Jardim Elite, Marechal Unileste, Unileste, Cecap, Santa Rita e Dois Córregos	4.408.103,07	1.319.307,84	5.727.410,91	Cobrança Federal PCJ
Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - CODEN	Substituição de rede de distribuição e de ligações domiciliares de água no Jardim São Jorge, no município de Nova Odessa	4.918.679,23	680.754,74	5.599.433,97	Cobrança Federal PCJ
Prefeitura Municipal de Louveira	Implantação do Projeto de Combate às Perdas de Água, com Implantação Física da Setorização, Fornecimento e Instalação de Macromedidores de Vazão e Nível e Sistema de Monitoramento Via Telemetria no Sistema de Abastecimento de Água no Município de Louveira - SP	4.965.010,13	1.026.639,74	5.991.649,87	Cobrança Paulista PCJ
Saneamento Básico de Vinhedo - SANEBAVI	Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Vinhedo	252.510,72	48.097,28	300.608,00	Cobrança Paulista PCJ
Saneamento Básico de Vinhedo - SANEBAVI	Implantação do Setor Vista Alegre do Sistema de Distribuição de Água no Município de Vinhedo	3.178.193,78	614.977,43	3.793.171,21	FEHIDRO
Departamento de Água e Esgoto - DAE Santa Bárbara D'Oeste	Implantação da ETE Barroco - 2ª Etapa - Obras Cíveis	4.471.827,30	1.054.629,48	5.526.456,78	Cobrança Paulista PCJ
Departamento de Água e Esgoto - DAE Santa Bárbara D'Oeste	Implantação da ETE Barroco - 3ª Etapa - Equipamentos e Materiais Hidráulicos	1.724.375,89	353.185,42	2.077.561,31	Cobrança Paulista PCJ
Prefeitura Municipal de Saltinho	Projeto do Sistema de Recuperação e Reuso de Água de Lavagem dos Filtros e Decantadores da ETA e Disposição Final do Lodo no Município de Saltinho	150.788,94	7.936,26	158.725,20	Cobrança Paulista PCJ
Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE Pedreira	Implantação do Projeto de Combate às Perdas de Água, com Pesquisa de Vazamento Não Visível e Fornecimento e Instalação de Macromedidores de Vazão e Nível e Sistema de Monitoramento Via Telemetria no Sistema de Abastecimento de Água no Município de Pedreira - SP	3.250.085,20	292.223,39	3.542.308,59	FEHIDRO
Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul	Elaboração de Sistema de Gestão Técnica (SGT) com Geoprocessamento (SIG) no Município de Monte Alegre do Sul Visando o Controle das Perdas de Água no Sistema de Abastecimento	160.132,00	8.428,00	168.560,00	FEHIDRO
Prefeitura Municipal de Itirapina	Implantação do Projeto de Combate às Perdas de Água, com Fornecimento e Instalação de Macromedidores de Vazão e Pesquisa de Vazamentos Não Visíveis nos Setores de Distribuição de Água do Jardim Ubá e Planalto Serra Verde do Município de Itirapina - SP	150.895,79	7.941,88	158.837,67	FEHIDRO
Prefeitura Municipal de Rafard	Instalação de Válvulas Redutoras de Pressão (VRP) e Monitoramento das Pressões de Água Através da Instalação de Sensores de Pressão e Telemetria no Sistema de Distribuição de Água do Município de Rafard - SP	2.440.682,28	138.543,65	2.579.225,93	Cobrança Paulista PCJ
VALORES TOTAIS DE EMPREENDIMENTOS INDICADOS		61.789.602,06	12.965.054,28	74.754.656,34	

Programa Nascentes é desenvolvido nas Bacias PCJ

Em 2014, o governo do estado de São Paulo lançou o Programa Nascentes, cujo objetivo principal é proteger e conservar a biodiversidade e os recursos hídricos por meio de restauração ecológica. Nas Bacias PCJ, o Programa é desenvolvido em Joanópolis e Piracaia, com três projetos em cada cidade.

Caroline Marques Leal Jorge Santos, coordenadora executiva do Programa Nascentes, concedeu entrevista à Agência das Bacias PCJ e falou sobre os aspectos gerais da ação, como participar e as metas já alcançadas. A matéria completa está disponível no site www.agenciapcj.org.br. Confira alguns pontos importantes:

Quais são os objetivos principais do Programa Nascentes?

Caroline: O Programa Nascentes é o maior programa de restauração ecológica do Estado de São Paulo e tem como objetivos principais a proteção da biodiversidade e a conservação dos recursos hídricos.

Como se inscrever?

Caroline: Há algumas formas de participar do Programa. Uma ONG [organização não governamental] ou empresa restauradora pode, por exemplo, fazer um projeto e submetê-lo à

Comissão Interna do Programa Nascentes, formada por integrantes da Secretaria de Meio Ambiente e Cetesb [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo]. Essa Comissão pré-aprova o projeto, o que o torna apto a compor a Prateleira de Projetos. Nossa Prateleira é voltada para empresas que não possuem experiência ou equipe própria para a restauração e que desejem, portanto, negociar um projeto já pronto. Se, contudo, a dificuldade da empresa for por obter uma área, ela pode fazer a consulta no Banco de Áreas do Programa e desenvolver seu próprio projeto. Nesse caso, a empresa ou um restaurador informa os números do CAR [Cadastro Ambiental Rural] que tem interesse e o Programa entra em contato com os respectivos proprietários para verificar se eles aceitam disponibilizar seus dados. A partir da autorização, o proprietário será procurado pelo interessado e poderá livremente definir com ele como será a restauração de sua área. Também é possível a apresentação, no Comitê Gestor do Programa, de um projeto mais amplo, que não seja restrito à restauração, mas contemple outras iniciativas atreladas aos objetivos do Programa (engajamento social na proteção da biodiversidade e proteção dos recursos hídricos, educação ambiental).

Quem pode e quem não pode participar?

Caroline: Qualquer pessoa física ou jurídica pode submeter projetos de restauração.

A meta inicial do Programa é recuperar 4.464 hectares de matas ciliares e 784 quilômetros lineares de corpos d'água, utilizando 6,3 milhões de mudas de espécies nativas. A meta final é a recuperação de 20 mil hectares de matas ciliares e proteger 6 mil quilômetros de cursos d'água. Até o momento, quantos quilômetros foram recuperados e quantas mudas foram plantadas?

Caroline: Até o momento, foi plantado o equivalente a 1.072.509 mudas (642,55 ha) e aproximadamente 150 quilômetros de curso d'água.

Existem projetos concluídos ou em andamento na região das bacias PCJ? Se sim, quais são e quantas mudas foram plantadas?

Caroline: Sim, são seis projetos na Prateleira, que totalizam 59,37 ha: três em Joanópolis e três em Piracaia. Desse total, 14,42 ha já foram plantados. Além desses projetos de prateleira, há um projeto de 10,6 ha em Itu, já quase totalmente implantado.

Agência das Bacias PCJ participa do programa Nascentes de Holambra



Governador Geraldo Alckmin assina parceria para o início do programa Nascentes de Holambra

O programa Nascentes de Holambra, lançado em novembro de 2015 pelo governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, prevê um investimento

de R\$ 3,5 milhões para a recuperação de 16 hectares de vegetação nativa no entorno das 170 nascentes e matas ciliares de Holambra. Para o desenvolvimento do programa, que será dividido em fases, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo contará com a parceria da Agência Nacional de Águas (ANA), Fundação Agência das Bacias PCJ e Fundação Banco do Brasil.

Dentro da área contemplada, a bacia do córrego Borda da Mata, principal curso d'água que abastece o lago do Holandês, de onde Holambra retira a água que consome, será recuperada, assim como as nascentes degradadas, além da implantação de práticas integradas de conservação de solo e água nas áreas de produção agropecuária em todas as propriedades e dos serviços de manutenção e conservação de estradas

municipais e os acessos às propriedades rurais.

A primeira fase do programa será liderada pela Agência das Bacias PCJ, com a contratação da Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo), que fará os levantamentos, diagnósticos e projetos executivos, identificando os pontos de intervenção nas propriedades envolvidas, as soluções técnicas com quantidades e especificações de serviços e os demais elementos que atendam aos termos estabelecidos na Resolução SMA nº 032/2014.

Na segunda fase, serão executadas ações de plantio, cercamento e manutenção das nascentes com recursos da Fundação Banco do Brasil e, na terceira fase, ações de conservação de solo e recuperação dos reservatórios na bacia do córrego Borda da Mata, que é o manancial de abastecimento da cidade, com recursos da ANA.

Agência PCJ assina contrato para suporte meteorológico na região das Bacias PCJ



Orivaldo Brunini e Sergio Razera assinam contrato para a prestação de serviço de suporte meteorológico

A Fundação Agência das Bacias PCJ e a Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola (Fundag) assinaram, em 10 de maio, contrato para a prestação de serviço de suporte meteorológico aos Comitês PCJ para ações de gerenciamento dos recursos hídricos, com destaque para os usos da água na agricultura. De acordo com o diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, Sergio Razera, "o suporte hidrometeorológico é necessário, principalmente neste período que estamos, por conta das mudanças climáticas e dos frequentes eventos extremos que estão afetando a região das Bacias PCJ".

Os dados que passarão a ser fornecidos pela Fundag serão utilizados nas tomadas de decisões e no desenvolvimento de ações, especialmente para o setor agrícola. O intuito, de acordo com o contrato, é ampliar as informações sobre o monitoramento da quantidade

de água e da ocorrência de chuvas, a fim de aplicar "técnicas de mitigação de eventos extremos, de gestão de recursos hídricos, de suporte à agricultura, de proteção ao meio ambiente e de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico". Para Eduardo Cuoco Léo, coordenador de sistemas de informações da Agência PCJ, vale ressaltar que, de imediato, o interesse na rede são os dados pluviométricos (de chuva). "Mas, a longo prazo, vamos começar a ter acesso a dados de monitoramento meteorológico. Sabemos que para administrar questões envolvendo mudanças climáticas, a gente precisa dessas informações e ter uma boa base, uma boa distribuição de dados", complementa.

"A ideia desse projeto é desenvolver uma espécie de serviço meteorológico para atividades agrícolas, onde toda a parte de monitoramento, geração de produtos, índice de seca, demanda hídrica por culturas, necessidade de irrigação, riscos climáticos, principalmente para a agricultura sobre seca, serão disponibilizados online, através de SMS ou via site, via internet, para todos os usuários dos Comitês PCJ", explica o diretor-presidente da Fundag, Orivaldo Brunini.

Atualmente, as Bacias PCJ possuem 56 estações meteorológicas e outras 24 serão instaladas a partir dessa parceria. Sendo assim, cada cidade pertencente a região das Bacias PCJ – 69 no total – terá, no mínimo, uma estação de monitoramento. Além de índices de chuva e temperatura, a umidade do solo, por exemplo, também passará a ser medida para nortear, principalmente, o trabalho dos produtores rurais.

Brunini comenta que o objetivo não é apenas analisar dados, mas produzir conteúdos. "Os dados serão extraídos, repassados e gerados produtos diferenciados para tipo de cultura, tipo de solo, mapeamento de demanda hídrica, condições de estresse hídrico, necessidade de irrigação e orientação aos produtores rurais em como usar a água para evitar desperdício."

Aliás, segundo o diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) da bacia do Médio Tietê, Luiz Roberto Moretti, esse é o diferencial desse trabalho. "A grande novidade do projeto é uma mudança na forma de pensar, tanto do DAEE, quanto dos Comitês e da Agência, nas questões relacionadas com dados e informações hidrometeorológicas. No começo, havia uma preocupação em disponibilizar aos usuários dados de chuva, dados de nível da água. Investimos um volume de recursos financeiros significativo nisso e isso foi, e ainda é, muito importante. Porém, agora, além dos dados vamos repassar, não apenas aos técnicos, mas para as pessoas de forma geral, informações importantes para o planejamento e futuras ações, de forma clara e objetiva."

Além da Agência das Bacias PCJ e da Fundag, a Sala de Situação PCJ, do DAEE, e o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) também serão parceiros. Apesar de ter o foco na área agrícola, as informações poderão ser utilizadas para outros fins e serão divulgadas por meio de boletins, banco de dados, link direto com a Sala de Situação PCJ, sistemas com alertas específicos, site, tecnologia para envio de mensagens através de celular e e-mail, entre outros.